



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 13609.901355/2009-67  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 1103-000.705 – 1<sup>a</sup> Câmara / 3<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 12 de junho de 2012  
**Matéria** IRPJ  
**Recorrente** BMB BELGO MINEIRA BEKAERT ARTEFATOS DE ARAME LTDA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Data do fato gerador: 31/01/2003

Ementa: COMPENSAÇÃO - ESTIMATIVA MENSAL.

A pessoa jurídica tributada pelo lucro real anual que efetuar pagamento indevido ou a maior de Imposto de Renda ou de CSLL a título de estimativa mensal, somente poderá utilizar o valor pago na dedução do IRPJ ou da CSLL devida ao final do período de apuração em que houve o pagamento indevido ou para compor o saldo negativo anual de IRPJ ou de CSLL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, rejeitar as preliminares, e no mérito, por unanimidade, negar provimento ao recurso.

*(assinado digitalmente)*

Mário Sérgio Fernandes Barroso – Presidente em exercício e relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros José Sérgio Gomes, Marcos Shigueso Takata, Eduardo Martins Neiva Monteiro, Hugo Correia Sotero e Mário Sérgio Fernandes Barroso.

## Relatório

Contra o interessado acima identificado foi emitido o despacho decisório de fl. 41 por meio do qual a compensação declarada no PER/DCOMP n.º 05388.01318.200808.1.7.04-0918 transmitido em 20/08/2008, não foi homologada.

A não homologação foi motivada pela inexistência do crédito utilizado na compensação pretendida. Tal crédito se refere a recolhimento de CSLL de código 2484 (estimativa mensal), no valor de R\$ 2.528.760,00, efetuado em 31/01/2003. Consta do despacho decisório, que o pagamento efetuado a esse título foi localizado, mas integralmente utilizado para quitação de débitos do contribuinte, não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP.

O valor do débito indevidamente compensado é igual a R\$ 19.946,99 (principal).

Como enquadramento legal são citados os seguintes dispositivos: arts. 165 e 170 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional – CTN), art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

A ciência do Despacho Decisório se deu em 03/04/2009 (fl. 43).

Em 05/05/2009, foi apresentada a manifestação de inconformidade de fls. 01 a 07. Nela consta os seguintes argumentos:

- Trata-se de manifestação de inconformidade contra despacho decisório que deixou de homologar pedido de compensação formulado pela Requerente através da PER/DCOMP retificadora nº 05388.01318.200808.1.7.04-0918, transmitida em 20/08/2008.
- Por força da não homologação, a Receita Federal está a exigir débito de CSLL referente ao ano-calendário de 2002, no valor atualizado de R\$ 30.833,81.
- No momento da transmissão da declaração de compensação, a Requerente pretendia compensar um débito de CSLL no valor original de R\$ 19.946,99, com crédito de CSLL, decorrente de valor pago a maior contido em um Darf de R\$ 2.528.760,00.
- Depreende-se do despacho eletrônico encaminhado pela RFB que o único motivo para não homologação da compensação foi a suposta inexistência de crédito disponível, mediante análise parametrizada da DCTF transmitida.
- Por se tratar de crédito vinculado a um único DARF, no valor de R\$ 2.528.760,00, para a solução da questão basta perquirir se para o período de competência nele consignado (31/01/2002), da comparação entre a apuração da empresa e os pagamentos realizados, houve montante recolhido a maior no valor de, no mínimo, R\$ 12.714,00. Comprovado que houve recolhido realizado a maior, a consequência inarredável será a existência de crédito em favor do contribuinte, disponível para compensação, nos exatos termos em que foi utilizado.
- A questão discutida neste processo deveria ter sido retratada na DCTF, recepcionada pela RFB, referente ao 4º trimestre de 2002, entregue pela Belgo Mineira Artefatos de Arames Ltda.
- Na DCTF, o contribuinte deve fazer constar informações relativas a seus débitos apurados, bem como aos créditos a eles vinculados. Com sua entrega, o fisco deverá verificar: se todos os débitos estão vinculados a pagamentos; se o valor do débito é maior do que o valor

do crédito em aberto e se existem mais créditos vinculados do que débitos apurados, crédito disponível.

- Para o período em questão, dezembro de 2002, foi apurado débito de CSLL, código 2484, no valor de R\$ 2.528.760,00. Como forma de pagamento do débito apurado foram vinculados alguns créditos, dentre eles o Darf utilizado na compensação em questão. Note-se que o valor total recolhido é idêntico ao montante do débito apurado quando da transmissão da declaração.
- Entretanto, conforme mencionado, não bastará apenas o confronto da DCTF original com a declaração de compensação apresentada, para que se confirme a existência de crédito, sendo regular a compensação realizada.
- O crédito efetivo decorre da apuração contábil, não podendo obstar o direito à compensação, meros erros formais no preenchimento da DCTF ou da Per/DCOMP.
- O art 165 do CTN é categórico em reconhecer o direito de restituição ao contribuinte que tenha pago tributo a maior ou indevidamente. De fato, é intuitivo que, aquele que pagou tributo indevido ou a maior, deve ter o direito de reaver a quantia paga. Não fosse assim, estar-se-ia diante de enriquecimento ilícito por parte do Estado, a auferir receita não prevista em lei.
- No presente caso, a Requerente, tendo apurado crédito decorrente de pagamento indevido a título de CSLL para o período de apuração referente a dezembro de 2002, pretendeu efetuar, nos termos da legislação federal, a compensação de tais valores. Entretanto ao preencher suas obrigações acessórias, a Requerente cometeu impropriedades que, de fato, impossibilitam a identificação do crédito em análise parametrizada, mas que não fazem decair seu direito material ao crédito. Da diferença entre o valor realmente apurado e o recolhido surge saldo de pagamento a maior no montante de R\$ 12.714,00.
- Inicialmente, a Requerente apurou, a título de CSLL devida em dezembro de 2002, o montante de R\$ 2.528.760,00, e efetuou o recolhimento de um Darf no mesmo valor. Tais dados foram informados na DCTF original.
- Posteriormente, durante a revisão de suas declarações contábeis e fiscais, a empresa de auditoria independente identificou ajustes a serem feitos na base de cálculo da CSLL, tendo elaborado planilha em que calculara o valor devido de R\$ 2.516.049,86.
- No momento da entrega da DIPJ de 2003, a requerente então informou o valor de tributo efetivamente devido de R\$ 2.516.050,08. Assim, o crédito de R\$ 12.714,00 representa exatamente a diferença entre o valor do débito de CSLL efetivamente apurada e informada em DIPJ, com o valor do total de recolhimentos efetuados para aquele período de competência, conforme demonstra.
- A diferença de apuração entre o cálculo da auditoria e o informado em DIPJ refere-se a uma compensação desconsiderada pela própria requerente, mas que não prejudica em nada a questão, tendo em vista que o suposto pagamento não foi incluído na constituição do crédito. Assim, deve prevalecer a boa-fé da empresa e o princípio da verdade material, até porque, restou aqui demonstrada a existência de créditos suficientes para a quitação integral dos débitos, tal qual fora lançado nos registros contábeis.

- Cita doutrina de Ives Gandra Martins, sobre o princípio da moralidade.
- Diz que o único problema é que a requerente deveria ter retificado também sua DCTF, reduzindo o valor da contribuição informado como devido de modo a desvincular o DARF do débito quitado em quantia equivalente ao crédito ora pleiteado. È manifesto que um erro material no preenchimento de uma DCTF não pode prevalecer sobre o direito ao crédito, decorrente do pagamento indevidamente efetuado, muito mais porque os próprios lançamentos contábeis da empresa registram a compensação no limite do que efetivamente ocorreu.
- Com base no exposto, fica claro que o montante de R\$ 12.709,02 foi recolhido a maior, a título de CSLL de dezembro de 2002; tal valor consta do DARF cujo total é de R\$ 2.528.760,00; a diferença entre o valor recolhido e o apurado, representa crédito, passível de utilização pela Requerente; e o citado valor foi corretamente utilizado na DCOMP objeto desta manifestação de inconformidade. Dessa forma, impõe-se a homologação da compensação.
- Considerando que o crédito compensado pode ser demonstrado mediante análise da documentação contábil e fiscal que suporta os recolhimentos efetuados, bem como as apurações realizadas, caso haja dúvidas quanto ao valor efetivamente devido a título de CSLL de dezembro de 2002, a Requerente protesta pela produção de prova pericial sobre seus registros contábeis e fiscais.
- Para tanto, formula os seguintes quesitos:
  - 1 – A partir da análise da documentação contábil e das apurações fiscais realizadas pela Requerente, é possível identificar a existência de pagamento a maior de CSLL, em dezembro de 2002?
  - 2 – Se sim, tal valor foi corretamente utilizado pela Requerente?
  - A Requerente indica como assistente técnico o Sr. Marcos Helênio Lima Guimarães, brasileiro, com endereço profissional na rua das Nações, nº 2.101, bairro Industrial da cidade de Vespasiano, MG.

Por todo o exposto, pede e espera a Requerente a procedência da presente manifestação de inconformidade, a fim de que seja reconhecida a insubsistência do Despacho Decisório nº 825009530, com a consequente homologação da compensação declarada e extinção do débito fiscal nela compensado, até o limite do crédito demonstrado. Ao final, protesta por todos os meios de prova em direito admitidos.

A 3<sup>a</sup> Turma da DRJ/BH, por meio do acórdão n.<sup>o</sup> 02-32.054, decidiu (ementa):

***"COMPENSAÇÃO - ESTIMATIVA MENSAL PAGA A MAIOR.***

*A pessoa jurídica tributada pelo lucro real anual que efetuar pagamento indevido ou a maior de imposto de renda ou de CSLL a título de estimativa mensal, somente poderá utilizar o valor pago na dedução do IRPJ ou da CSLL devida ao final do período de apuração em que houve o pagamento indevido ou para compor o saldo negativo anual de IRPJ ou de CSLL.*

”

A recorrente alega:

NULIDADE DO DESPACHO ELETRÔNICO POR VÍCIO SUBSTANCIAL

O despacho eletrônicos vão contra a competência atribuída pelo art. 142 do CTN.

Em face da limitada possibilidade de cognição dos fatos e do direito decorrente da adoção pelo fisco, do cruzamento eletrônico de declarações como única causa de decidir no presente processo, deve ser declarado nulo, por vício substancial, o despacho decisório, o qual não logrou demonstrar a ocorrência de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos, hábeis a negar o direito do contribuinte ao exercício da compensação;

NULIDADE DO ACÓRDÃO POR CERCEAMENTO DE DEFESA, INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL

POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO DENTRO DO MESMO ANO-CALENDÁRIO

A DRJ fundamentou -se na IN SRF 600, de 2005, a saber:

*"De acordo com o art. 10 da Instrução Normativa SRF nº 460, de 18 de outubro de 2004, a pessoa jurídica tributada pelo lucro real anual que efetuar pagamento indevido ou a maior de imposto de renda ou de CSLL a título de estimativa mensal, somente poderá utilizar o valor pago ou retido na dedução do IRPJ ou da CSLL devida ao final do período de apuração em que houve a retenção ou pagamento indevido ou para compor o saldo negativo de IRPJ ou de CSLL do período. Idêntica disposição foi mantida no art. 10 da Instrução Normativa SRF nº 600, de 28 de dezembro de 2005."*

Esta vedação, atualmente, não existe mais, haja vista a revogação da Instrução normativa supracitada e o silêncio da IN SRF 900, de 2008 sobre o tema.

A vedação se referia a suposta compensação de estimativas devidas antes de compor o saldo negativo, mas não proibia a compensação do pagamento indevido.

O simples erro no preenchimento da declaração de compensação não impede o reconhecimento do direito ao crédito;

Não foi negado os créditos pleiteados pela recorrente.

Ao apurar o crédito de pagamento indevido de Imposto de Renda em dezembro de 2002 pretendeu compensar de acordo com a legislação;

Teria havido erro no preenchimento das obrigações acessórias. Dos valores apurados e o recolhido surge uma diferença de R\$ 12.714,00;

Inicialmente a contribuinte apurara de CSLL R\$ 2.528.760,00. Pagara este montante com Darf de mesmo valor (DCTF original).

Posteriormente, na revisão, apurou como devido R\$ 2.516.050,08.

Na DIPJ 2003, a contribuinte informou o valor da CSLL devido de R\$ 2.516.050,08, linha 07, ficha 16.

Assim, o valor de R\$ 12.714,00 representa a diferença do valor do débito efetivamente apurado/recolhido e o informado na DIPJ.

## Voto

Conselheiro Mário Sérgio Fernandes Barroso, Relator

O recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade. Dele, pois, conheço.

NULIDADE DO DESPACHO ELETRÔNICO POR VÍCIO SUBSTANCIAL

O despacho de fl. 41, cumpriu todos os requisitos da legislação, tem inclusive assinatura da autoridade, enquadramento legal e fundamento. A contribuinte, inclusive defendeu -se adequadamente na sua manifestação de inconformidade, comprovando a lisura do procedimento.

Assim, nego a nulidade suscitada.

## NULIDADE DO ACÓRDÃO POR CERCEAMENTO DE DEFESA, INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL

O acórdão guerreado não passou ao largo do tema, a saber:

*"Pois bem, não obstante, deve ser levado em conta que perícia visa dirimir eventuais controvérsias circunstanciais que, decerto, não é o caso dos presentes autos.*

*Reportemo-nos, pois, ao ensinamento de De Plácido e Silva in "Vocabulário Jurídico", vol. III, 12ª ed., Editora Forense - RJ, 1993, pág. 352. Segundo ele o vocábulo "perícia" expressa:*

*"Do latim peritia (habilidade, saber), na linguagem jurídica designa especialmente, em sentido lato, a diligência realizada ou executada por peritos, a fim de que se esclareçam ou se evidenciem certos fatos. Significa, portanto, a pesquisa, o exame, a verificação, acerca da verdade ou da realidade de certos fatos, por pessoas que tenham reconhecida habilidade ou experiência na matéria de que se trata...*

*...A perícia, segundo o princípio da lei processual, é portanto a medida que vem mostrar o fato, quando não haja meio de prova*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 25/06/2012 por MARIO SERGIO FERNANDES BARROSO, Assinado digitalmente em 25/06/2012 por MARIO SERGIO FERNANDES BARROSO

Impresso em 27/06/2012 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

*documental para mostrá-lo, ou quando se quer esclarecer circunstâncias, a respeito do mesmo, que não se acham perfeitamente definidas.*" (grifamos)

*À luz de tal ensinamento, desde logo se conclui que, na hipótese, a providência assoma desnecessária. Isso porque, justifica-se a perícia, tão somente, nos casos em que apenas pelo exame das peças dos autos, a autoridade tributária não tenha condições de formar convicção suficiente, ensejando, pois, o pronunciamento de técnico especializado.*

*Não sendo o caso, ela há de ser indeferida quando a prova do fato independe do conhecimento especial de técnicos ou quando for desnecessária em vista de que os elementos coligidos aos autos são suficientes.*

*No presente caso, qualquer análise a ser procedida por perito, além de não depender de conhecimento especial de técnico, afigura-se desnecessária ante a constatação de que os documentos já aportados aos autos são suficientes para que o julgador firme a sua convicção acerca do litígio, tendo em vista que o processo foi instruído com cópias de documentos, bastantes, nas circunstâncias, para o perfeito entendimento e solução do litígio.*

*Conforme explicitado, ante as peculiaridades do processo em tela, tendo em vista a substância, pois, dos elementos juntados aos autos, a produção de prova pericial além de desnecessária é descabida, pois que sua realização configura procedimento prescindível, por não contribuir para um possível deslinde da questão em análise. Portanto inócuas.*

*Assim sendo, com estes fundamentos e com fulcro nos arts. 18, 28 e 29, do Decreto nº 70.235, de 1972, com a redação dada pela Lei nº 8.748, de 1993, reputa-se desnecessária e prescindível a produção de prova pericial, rejeitando-se, liminarmente, o requerimento.*"

Como vemos, o acórdão atacado negou a perícia, pois, nos autos já havia provas/elementos suficientes para o deslinde da questão. Observe que não se trata, em absoluto de cerceamento ao direito de defesa, haja vista, as provas e a defesa trazidas na manifestação de inconformidade.

Assim, nego a nulidade suscitada.

## POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO DENTRO DO MESMO ANO-CALENDÁRIO

Discuti-se o valor de R\$ 12.714,00 apurado posteriormente à estimativa na DIPJ 2003. Entendemos que se forem apurados valores em estimativa e houver pagamento maior do que apurado, esta diferença, embora com código de estimativa é pagamento indevido se devidamente provado. Observo, contudo, que a recorrente tem que provar o erro, mostrando que a estimativa era de um valor menor naquele mês.

No caso dos autos, isto não ocorreu, pois, a recorrente apurou a estimativa, e recolheu a antecipação. Ou seja, não houve o erro referido. Posteriormente, a contribuinte fez uma auditoria e observou que o valor não seria aquele recolhido. Na DIPJ informou o valor que acredita correto. A partir da DIPJ a contribuinte poderá apurar saldo credor, e pleitear compensação.

A legislação sobre o assunto dispõe:

*"Art. 2º A pessoa jurídica sujeita a tributação com base no lucro real poderá optar pelo pagamento do imposto, em cada mês, determinado sobre base de cálculo estimada, mediante a aplicação, sobre a receita bruta auferida mensalmente, dos percentuais de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 29 e nos arts. 30 a 32, 34 e 35 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, com as alterações da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995.*

(...)

*§ 3º A pessoa jurídica que optar pelo pagamento do imposto na forma deste artigo deverá apurar o lucro real em 31 de dezembro de cada ano, exceto nas hipóteses de que tratam os §§ 1º e 2º do artigo anterior.*

*§ 4º Para efeito de determinação do saldo de imposto a pagar ou a ser compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor:*

(...)

*IV - do imposto de renda pago na forma deste artigo.*

(...)

*Art. 6º O imposto devido, apurado na forma do art. 2º, deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente àquele a que se referir.*

*§ 1º O saldo do imposto apurado em 31 de dezembro será:*

(...)

*II - compensado com o imposto a ser pago a partir do mês de abril do ano subsequente, se negativo, assegurada a alternativa de requerer, após a entrega da declaração de rendimentos, a restituição do montante pago a maior.”*

Valo-me de trecho do acórdão recorrido, a saber:

*“O art. 74 da Lei nº 9.430, 27 de dezembro de 1996, autoriza usar crédito passível de restituição para compensação de débitos próprios. Só o saldo negativo de IRPJ é passível de restituição ou compensação. O recolhimento de antecipação mensal não caracteriza pagamento indevido ou a maior, que dê direito à restituição. Portanto, no caso, não se tendo utilizado crédito passível de restituição, o art. 74 da Lei nº 9.430 não se aplica.”*

Na realidade, o pagamento efetuado se tornará indevido ou não só a partir da apuração do saldo na DIPJ.

Em face do exposto voto por rejeitar as preliminares, e no mérito, negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 2012

Mário Sérgio Fernandes Barroso